



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARIA TERESA DE OLIVEIRA ALVES

**EVASÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: SITUANDO
O PROBLEMA**

**JOÃO PESSOA-PB
2004**

MARIA TERESA DE OLIVEIRA ALVES

**EVASÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: SITUANDO
O PROBLEMA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^a Ms Soraya Maria Barros de Almeida Brandão

JOÃO PESSOA - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A474e Alves, Maria Teresa de Oliveira
Evasão Escolar e Práticas Pedagógicas: situando o problema
[manuscrito] / Maria Teresa de Oliveira Alves. - 2014.
24 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Soraya Maria Barros de Almeida
Brandão, Departamento de Educação".

1. Educação. 2. Fracasso escolar. 3. Evasão escolar. 4.
Práticas pedagógicas. I. Título.

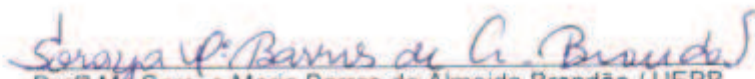
21. ed. CDD 370.1


MARIA TERESA DE OLIVEIRA ALVES

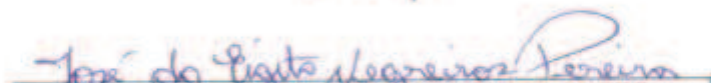
**EVASÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: SITUANDO
O PROBLEMA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 06/11/2014.


Profª Ms Soraya Maria Barros de Almeida Brandão / UEPB
Orientadora


Prof. Dr. Alex da Silva / UEPB
Examinador


Profª Ms José do Egito Negreiros Pereira / UEPB
Examinadora

JOÃO PESSOA - PB

2014

DEDICATÓRIA

A Deus, que é o centro de tudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus: Por mais uma vitória em minha vida, que ele me conceda mais e mais, pois só Ele é digno de toda honra, glória e louvor. Senhor muito obrigada.

Aos meus pais, meus irmãos, meu esposo e toda minha família que de forma direta ou indireta esteve sempre me apoiando.

Em especial aos meus filhos: Juliana e João Victor pela minha ausência nesses longos sábados, que sirva de exemplo para vocês, educação: base de tudo.

A minha vizinha Valdéa que esteve todo tempo me apoiando e não deixou que eu desistisse dessa vitória, estando com meus filhos nos momentos da minha ausência, meus sinceros agradecimentos.

A minha orientadora Prof^a Ms Soraya Maria Barros de Almeida Brandão, todo o meu carinho e admiração, o meu muito obrigada pela ajuda e indicação dos textos sugeridos, pois foi de grande valor para meu conhecimento pessoal e profissional.

Finalmente, a todos que assim como eu, dá o devido valor ao processo educacional como crescimento intelectual e humano dos indivíduos.

RESUMO

O fracasso escolar e, conseqüentemente, a evasão tem, ao longo do tempo, sido uma grande preocupação no cenário educacional, uma vez que suas conseqüências levam os indivíduos ao que se chama “exclusão”, causando, com isso, sérios problemas sociais. No entanto, a legislação brasileira, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) preconiza que todos têm direito a uma educação de qualidade, o que na verdade não passa de um discurso, pois muitos estudos apontam o contrário. Isso implica dizer que há um fosso entre, o que diz os documentos legais e as práticas observadas. Infelizmente, existem casos que nossos jovens não chegam sequer a terminar o Ensino Fundamental, e isto é uma triste realidade. Diante disso, temos como objetivo, no presente estudo, refletirmos sobre os fatores que levam ao fracasso escolar. Sabemos que a escola sozinha não consegue fazer nenhum milagre, precisamos do apoio da família para que juntos possamos fazer a diferença na vida do nosso alunado.

Palavras-chave: Fracasso escolar. Evasão. Práticas pedagógicas. Formação da cidadania.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... | 10 |
| CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR E OS FATORES DETERMINANTES DA EVASÃO ESCOLAR..... | 16 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 22 |
| REFERÊNCIAS..... | 23 |

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição educativa que caminha junto com a família na responsabilidade com a educação. Não podemos viver dignamente sem antes passar por ela, pois lá é um lugar para o qual convergem as tensões expostas pela sociedade, apresentando em sua estrutura uma pluralidade que é sentida no contato entre alunos e funcionários. Neste sentido, a escola tem a função de produtora de conhecimento e mediadora dos conflitos e, principalmente, necessária para que aprendemos conviver com a diferença.

A escola e a família têm a responsabilidade pela formação do indivíduo enquanto pessoa e cidadão. Um fator importante para essa parceria acontecer e dá certo é que se estabeleça entre elas uma relação de respeito, que ambas se conheçam e se aceitem sem preconceitos.

Nesse sentido, o êxito do processo educacional das crianças e jovens está diretamente ligado ao engajamento dos pais no cenário escolar, no sentido de contribuir para o sucesso deles, acompanhando-os em todas as atividades escolares, bem como frequentando as reuniões oferecidas pelas escolas a fim de saber o desenvolvimento e comportamento de seus filhos. Por outro lado, a escola, através de seus profissionais, deve fortalecer essa parceria, como também favorecer situações que favoreça o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. De acordo com Libâneo (2000, p. 85), "a pedagogia familiar não deve estar desarticulada da pedagogia escolar, pois ambas vão refletir sua essência, pois uma influência a outra". Muitas vezes, a família é responsabilizada pelos inúmeros problemas dos alunos, inclusive é apontada como determinando no fracasso escolar e, conseqüentemente, pela evasão. No entanto, sabemos que esses problemas se dão por vários motivos (internos e externos a escola), como: situação econômica da família falta de acompanhamento, problema de relacionamento entre professor e aluno, falta de interesse, entre outros.

Diante desses pressupostos, desenvolvemos o presente estudo, cujo objetivo é refletirmos sobre as causas e conseqüências da evasão escolar, visto que é cada vez mais comum vermos nossos jovens "abandonarem" seus estudos para aventurar-se na vida. Para isso, realizamos um estudo

bibliográfico com base em Dubet (1997), Freire (1981). Gadotti (2000), Libâneo (2000), Penin e Vieira (2001), Souza (2012), Tiba (1996), Volpi (2009), dentre outros.

O presente estudo está estruturado em dois capítulos. No primeiro, intitulado “**A importância da escola na construção da cidadania das crianças e adolescentes**”, fizemos uma abordagem geral sobre os princípios que norteiam uma educação voltada para a cidadania, considerando, de forma especial, a importância da família e da escola nesse sentido.

No segundo capítulo, intitulado “**A produção do fracasso escolar e os fatores determinantes da evasão escolar**”, discorremos sobre os fatores que influenciam no fracasso escolar, levando o aluno ao abandono da escola. Por fim, fizemos nossas considerações finais a respeito do tema abordado.

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A educação é considerada a base fundamental que permite ao indivíduo o direito de exercer o seu papel de cidadão, sendo capaz de desenvolver seus conhecimentos de mundo e ampliar a esses conhecimentos outros saberes. Mas sabemos que ainda há muitas barreiras, causando vários distanciamentos entre a classe média e alta, que é favorecida com uma escola mais adequada e professores com melhores condições de trabalho, e a classe menos favorecida, onde as crianças são submetidas a uma escola sem recursos e com o mínimo de chance de oportunidade de crescer na vida. A partir dessas barreiras é onde nos perguntamos: a escola é a mesma para todos? A lei diz que sim, mas a realidade é bastante diferente.

As demandas atuais por uma educação de qualidade procedente das novas políticas públicas vêm provocando discussões em torno dos problemas educacionais e da nova postura dos educadores frente a tais situações. Mas o que se observa é que os problemas são recorrentes, o que mostra que as políticas não estão dando conta de uma educação que atenda as reais necessidades dos alunos, com vistas a formação para o efetivo exercício da cidadania.

É importante afirmar que a educação para a cidadania constitui dimensões fundamentais para a efetivação dos direitos, tanto na educação formal, quanto na informal. Não se trata só de “aprender” um conteúdo, de estudar uma “disciplina”, mas de promover uma formação ética-política que requer metodologia própria.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, em seu art. 2º, preconiza que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

O Estado e a família têm como dever assegurar nossas crianças e adolescentes na escola, pois eles são o futuro do nosso país, por isso devemos dar todo o suporte para que eles não fiquem sem estudo. O Estado assume o compromisso de ser promotor do conjunto dos direitos fundamentais, não interferindo na esfera das liberdades individuais dos cidadãos, mas também implementando políticas que garantam a efetiva realização desses direitos para todos. Uma dessas políticas institucionais diz respeito à educação, onde a escola enquanto instituição deve promover condições mínimas de dignidade e respeito, que atingem desde insumos como prédios, mobiliários, até a melhoria da qualidade de ensino e do rendimento escolar dos nossos alunos.

Com a Constituição de 1988 ficam incorporada os princípios básicos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e, posteriormente, na década de 90, entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em substituição do segundo código Penal, que por sua vez determina em seu artigo 53: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1991).

Diante desse contexto, é necessário entender a educação para a cidadania, como um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social.

A visão de infância e adolescência que fundamenta o Estatuto destina-se exatamente a reverter às idealizações historicamente utilizadas para segregar e reprimir. A população infanto-juvenil é vista em sua totalidade como pessoas em condições peculiar de desenvolvimento, cujos direitos devem ser garantidos.

O artigo 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1991) estabelece que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. No entanto, não basta que as crianças e os jovens ingressem na escola, mas, sobretudo, que lá permaneçam com iguais condições de educação e de tratamento, sendo respeitado os seus

direitos. Conforme preconiza o artigo 5º do ECA: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1991).

É importante que o professor respeite a individualidade e a diversidade de cada aluno, pois cada um dele traz consigo uma bagagem cultural, étnica e cultural de casa por meio de práticas sociais reais.

De acordo com Tiba (1996, p.140):

O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno.

É importante considerar que a parceria escola e família parte do princípio que ambas têm a responsabilidade com o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança e/ou do jovem e deve se manifestar de forma que a família não responsabilize só a escola pela educação dos seus filhos, como também a escola não pode se esquivar de ser corresponsável no processo de formação do sujeito.

O desenvolvimento infantil é um processo que se dá de forma global. Quando a criança é inserida no ambiente escolar, leva consigo experiências adquiridas em sua vivência familiar e da sua comunidade e à medida que vai se envolvendo nesta nova fase, seu conhecimento vai sendo ampliado. Por isso, a escola deve conduzir sua prática pedagógica voltada para um sujeito histórico, social, cultural que constrói conhecimento a partir de relações que estabelece com o outro, bem como com o objeto a ser conhecido. Nesse sentido, é importante que o educador conduza suas práticas voltadas para os interesses e necessidades dos alunos, com vistas a formação da cidadania.

A profissão de educador tem como princípio a formação do cidadão e é através da escola e dos professores que os alunos adquirem hábitos e atitudes que podem ser levados para o resto da sua vida, contribuindo para o efetivo exercício da cidadania.

Neste contexto, muitas são as questões que nos colocamos quando pensamos em educação de qualidade, tais como: valorização profissional, formação adequada, relação professor-aluno, dentre outros fatores que influenciam na formação do aluno.

Nesse sentido, para que haja uma transformação educacional é preciso reconceituar e ressignificar as instituições escolares. Percebe-se que a escola não deve centrar-se apenas na transmissão do conhecimento como algo a ser arquivado para ser usado quando necessário. Essa função bancária, a qual a escola tem se fundamentado, está constantemente sendo questionada por muitos estudiosos da educação a exemplo de Paulo Freire (1981).

O debate sobre esta questão recai sobre as práticas pedagógicas, ou seja, as ações educativas existentes até então não dão conta de uma educação de qualidade, já que as mesmas estão organizadas para manipular uma grande massa de pessoas não consideradas em suas individualidades e diversidades, com currículos prontos e acabados. Em torno disso gira, também, a falta de preparação das pessoas envolvidas no processo, sejam elas professores, orientadores ou gestores.

É certo que para que haja uma educação de qualidade, faz-se necessário que se tenha professores capacitados e valorizados, embora esta não seja a única questão em voga.

É preciso que as autoridades invistam mais no campo educacional, oferecendo condições favoráveis de trabalho, incluindo aí os recursos materiais. Para que o educando permaneça na escola e construa o seu conhecimento é necessário ter em mãos recursos pedagógicos adequados e condições favoráveis na sala de aula, o que não há em muitas realidades da escola pública. O que vemos e ouvimos são professores e alunos reclamando constantemente das péssimas condições da escola: baixíssimo salário, classes superlotadas, falta de material e pouca preparação profissional.

Conclui-se, com isso, que existe uma escola para as elites que preparam os alunos para o ingresso nas universidades e no domínio do mundo mais letrado, culto e elitista e outra escola destinada aos filhos dos trabalhadores que, lamentavelmente, estão fadados à exclusão dos centros acadêmicos e

consequentemente destinados a exercerem funções técnicas e manuais menos remuneradas e sujeitos a exploração.

É importante nesse momento pensar na desleal concorrência entre a escola pública e a privada, sendo a última beneficiada em todos os aspectos até agora mencionados. Sabemos que é função da escola promover propostas de igualdade, pois, para muitos, a escola representa uma porta de entrada para a valorização de seus sonhos e melhoria de vida. A sociedade precisa de escolas em iguais condições físicas e materiais para todos, pois a sociedade não cobrará de um por um, seja ele rico ou pobre, somente o diploma, mas a excelência do conhecimento. Por isso, a escola tem a função de ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade complexa como a nossa.

Para Penin e Vieira (2001, p.17), “a escola representa a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado”. Esse saber, portanto, não deve ser diferenciado, pois por termos escolas tão desiguais, o fracasso escolar tem crescido a cada ano. Não é porque o aluno pertence à classe mais baixa, que a escola vai omitir da função que lhe cabe e conduzir ao aluno uma aprendizagem de segunda classe.

Paulo Freire (1997) nos aponta que “educar é essencialmente formar”. E a escola tem um papel fundamental nesta formação. Para isso, necessário se faz que o professor esteja preparado para proceder a mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando o modo de pensar, agir e de produzir e distribuir conhecimentos e, principalmente, respeitar a criança como ser humano, independente da sua condição social.

Assim, o aluno é capaz de ver na escola não somente o lugar de aprender conteúdos, mas, sobretudo, um espaço onde podemos trocar experiências e a partir delas nos preparar para enfrentarmos novos desafios, ou seja, onde estamos sempre, a cada dia, ensinando e aprendendo diante das diferenças, dos valores e das qualidades de cada um.

Entretanto, enquanto se aguarda modificações mais sólidas na política institucional, relacionadas às políticas públicas em educação relacionadas às dimensões apontadas acima, não podemos descartar a responsabilidade que

tem cada educador com seus alunos e da função social da escola, acolhendo seu aluno com toda sua singularidade e especificidade cultural de sua classe.

Em relação a isso, Gadotti (2000) em consonância com as ideias Freirianas, defende que a escola deve ter o compromisso de diminuir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, ou seja, articular a cultura erudita e a cultura popular. Sendo assim, é necessário que o professor reveja sua prática pedagógica, pois a verdadeira competência não reside em transmitir conhecimentos “prontos”, mediocrementemente embalados nos livros didáticos.

Cabe ao professor, desenvolver estratégias de ensino que ao mesmo tempo motive o aluno e estimule o processo cognitivo facilitando a aprendizagem, de modo que os alunos tornem-se ativos.

É importante considerar que aprendizagem pressupõe dimensão individual e social, condição comum no grupo e condição individual própria, dependência e autonomia frente ao professor. Sendo assim, a relação pedagógica não tem como protótipo a aula, uma vez que o instrucionismo é a morte da relação pedagógica, ao colocar o aluno como objeto.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR E OS FATORES DETERMINANTES DA EVASÃO ESCOLAR

Sabemos que a falta de interesse e motivação dos alunos é um dos motivos que mais atormentam a vida de professores, pais e direção escolar. Na maioria das vezes, o aluno com dificuldades específicas de aprendizagem não apresenta, de início, problemas de motivação. Este processo vem no passar de tempo, onde o aluno começa a se sentir incapaz de realizar tarefas propostas pelos seus educadores e acabam abandonando qualquer tentativa de superá-las, já que as atividades “estão cheias de respostas para perguntas que eles não sabem quais” (VASCONCELOS, 1995, p.38).

Para adquirirmos conhecimento sabemos que não é uma tarefa fácil, exige-se esforço de ambas as partes: do aluno, que tem que ter vontade ou necessidade de aprender como também do professor, que tem que mostrar vontade de ensinar.

No entanto, percebemos que esta é uma tarefa bem complexa, que exige de ambos uma motivação de conhecer e aprender o novo, estabelecendo uma ligação entre o novo conhecimento e conhecimentos anteriores. Esses fatores tornam-se desafios a ser enfrentados e superados para que se consiga vencer. O aluno faria um esforço se percebesse que os conteúdos de aprendizagem são atrativos e úteis para sua vida diária, ou seja, veriam que o esforço de toda vida escolar valeria a pena, principalmente se percebessem que depende de uma boa “bagagem” para se ter um bom emprego. Quando na verdade, pensam que aprender não passa de memorizar certos conteúdos e que se a nota for baixa, basta memorizar mais um pouco para recuperá-la em outra oportunidade.

Freire (1981) esclarece que o ato de estudar necessita de persistência e atenção, o que por sua vez, remete a uma atividade mental que está presente não só na resolução de tarefas de aprendizagem, como também na maior parte das ações sociais.

Freire (1981) nos mostra a importância do estudo como prática diária, pois a aprendizagem não é algo que se adquire em meses e sim, em longos anos da nossa vida. Para isto, necessitamos de tempo e dedicação dos nossos professores, da nossa família ou até mesmo dos colegas de classe. Podemos perceber que as crianças que têm um acompanhamento em casa, em que os pais dedicam um pouco do seu tempo para ensiná-las são as que têm uma aprendizagem bem melhor que aquelas crianças que não tem a mesma oportunidade, ou por falta de tempo dos seus pais ou até mesmo pelo fato deles serem analfabetos. Na referida escola, no ato da matrícula dos nossos educandos podemos perceber que a maioria dos responsáveis não terminou o 1^o grau ou não foram alfabetizados.

Diante desta triste realidade, percebe-se a falta de interesse e de motivação dos seus filhos, visto que a família são espelhos para eles. Por outro lado, em conversas informais com alguns alunos, percebemos que eles querem colocar um ponto final nessa história, falam que querem estudar, fazer faculdade e dá uma vida digna para seus pais.

De acordo com Ferraro (1987 apud MARCHESI & GIL 2004, p. 49),

[...] a escola, tanto no que se refere ao acesso, como no que se concerne à permanência e ao fluxo em seu interior, é regida por duas lógicas opostas: a lógica da progressão, que funciona para uma parcela privilegiada da população, e a lógica da exclusão, reservada ao filhos das classes trabalhadoras.

No entanto, são vários os fatores que emperram os anseios dos alunos, levando-os ao abandono da escola. Entre os fatores da evasão destacam-se os fatores internos onde é analisado que a saída do aluno não é um ato voluntário, é imposição sofrida por ele, em razão do meio (BRANDÃO, at al, 1983), bem como os fatores externos. Neste sentido, os fatores internos estão relacionados a escola, o professor, a metodologia, as vagas, a repetência, dentre outros. Quanto aos fatores externos, destacam-se a classe Social, o trabalho, a família, a distância entre a escola e a residência dos alunos, o desinteresse, gravidez precoce, entre outros.

Diante desses fatores, podemos perceber que o processo de aprendizagem não é tarefa simples e, sim, desafiador. Diante disso, a escola

deve promover, conforme já falamos, uma educação que contemple os interesses dos alunos. Muitas vezes, observam-se práticas pedagógicas mecanicistas e enfadonhas que não correspondem às necessidades dos alunos provocando, com isso, a falta de motivação e, conseqüentemente, a evasão.

De acordo com Paulo Freire (1997), a prática pedagógica dos professores, em sua maioria, centra-se na educação bancária, enchendo os alunos de conteúdos, ou seja, reproduzindo "conhecimentos" pré-estabelecidos, de forma mecânica, em lugar de uma educação pautada no diálogo, considerando os conhecimentos prévios dos alunos, oportunizando, com isso, a construção de uma vida social mais digna, livre e justa, partindo da realidade do aluno. Segundo Paiva (2007 apud SOUZA, 2012) as práticas pedagógicas permanecem reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas a dos alunos, produzindo o fracasso escolar. Isso é ressaltado por Brito e Costa (2010, p. 500) quando diz que: "[...] professores, por meio das práticas pedagógicas, podem influenciar significativamente a trajetória escolar dos alunos, contribuindo para o sucesso escolar, especialmente daqueles com maiores dificuldades educacionais".

Nesse sentido, é urgente uma mudança nas práticas pedagógicas, como já evidenciamos neste estudo. Para Volpi (2009, p. 72), se os alunos estiverem interessados aprendem com mais facilidade. Nesse sentido, para o referido autor, é necessário que:

[...] Os professores aproximem-se mais de seus alunos, procurando entendê-los e interagir com eles para que seja fortalecido um laço entre o professor e sua turma, isso contribui para o desenvolvimento da aprendizagem fazendo com que os alunos interajam com o professor deixando as aulas mais agradáveis proporcionando um momento de conhecimento.

Muitas vezes, a criança chega à escola vinda de uma família mal estruturada ou de um ambiente onde não há um convívio afetivo e se depara com um mundo totalmente diferente do seu, impedindo-o de aproximar de sua realidade tornando confusas suas conclusões, seus objetivos, seus sonhos. Neste caso, é configurada uma imagem negativa da escola, levando a falta de interesse pelos estudos, resultando em revolta, agressividade com os colegas

em sala de aula, desobediência aos professores, se sentindo incapaz, pois o que a escola valoriza não está presente em seu cotidiano. No aspecto da prevenção da evasão, a própria prática pedagógica não é questionada como possível causadora da baixa frequência do alunado, sendo as dificuldades de aprendizagem imputadas aos alunos.

Na identificação desse quadro agravante e desolador, destaca-se a falta de estímulo do aluno, que não encontra na escola um espaço de desenvolvimento de suas habilidades. Em alguns casos, muitas crianças apresentam um desempenho abaixo do esperado porque são expostas a experiências para as quais ainda não estão preparadas ou a currículos que não respeitam as diferenças individuais. Neste caso, o mau rendimento escolar não expressa uma deficiência da criança e sim uma inadequação das propostas educacionais. Segundo Dubet (1997, p.12):

[...] a escola não pode mais esperar que o sentido da situação escolar venha de fora, das famílias cujo julgamento os professores fazem, alias, muitas vezes. É preciso, portanto, rever a oferta escolar. Seria preciso rever os programas e as ambições de um modo que os alunos não sejam colocados de entrada em situações de fracasso. É preferível ensinar menos coisas, mas que de fato elas sejam aprendidas.

E diante deste fracasso tão apontado por muitos, é compreensível que um grande número de estudiosos tenha se dedicado a investigar as razões que contribuem para tal realidade.

Ademais, as escolas não têm oferecido espaços adequados para a construção do conhecimento, haja vista que têm se apresentado com precárias condições no que diz respeito a sua estrutura física e aos recursos pedagógicos. Enfim, há uma estreita relação entre os fatores internos e as causas da evasão escolar. Pois, percebe-se que muitas vezes pretendendo fugir do fracasso eminente da reprovação o aluno acaba desistindo das aulas e se retirando do espaço escolar. Segundo Freire (1999, p.35), “os alunos não se evadem da escola, a escola é que os expulsa”. Em relação a isso, Bruno & Abreu (2006 apud ALMEIDA & BARBOSA, 2010, p. 06) dizem que:

Quando um aluno abandona a escola, a escola já o abandonou há tempos o fracasso já foi produzido e nesse momento – o da evasão – já se cristalizou e desdobrou. O que foi antes um processo construído e vivenciado agora é só mais um número. Uma pontuação a ser incorporada num índice já bastante triste (ALMEIDA & BARBOSA, 2010, p.06).

No entanto, o problema da evasão escolar transcende os muros das escolas e a alçada pedagógica, caracterizando-se como problema de ordem social maior, já que as crianças e adolescentes que abandonam os bancos escolares dispensam seu tempo em atividades nem sempre lícitas ou apropriadas para sua faixa etária. Muitos desses meninos e meninas abandonam os estudos para trabalhar e, assim, complementar a renda familiar; outros acabam se prostituindo, fazendo uso de substâncias psicoativas e cometendo uma série de atos infracionais. Pois, sem uma orientação adequada e um programa sério de educação – que deve advir tanto de políticas públicas de educação e fortalecimento de currículos como de assistência social, segurança pública e saúde, haverá poucas chances de sucesso na escola e na vida.

Nesse sentido, entendemos que a evasão escolar não é um fenômeno que acontece desvinculado de fatos sociais como a situação sócio-econômica e cultural dos sujeitos envolvidos. O maior índice de evasão escolar está relacionado às necessidades dos jovens trabalharem para ajudar na renda da família, fazendo com que aumente cada vez mais o número de adolescentes deixando as salas de aula. Conforme Lolis e Lima (1997, p.2),

[...] evasão escolar é o afastamento do aluno da escola. Esse desvio se dá por vários motivos, tais como: situação econômica da família; falta de vagas nas escolas; distância da escola; problema de relacionamento entre professor e aluno; gravidez precoce; falta de interesse e de incentivo dos pais e da própria escola, entre outros.

É importante ressaltar que muitas desculpas são utilizadas para justificar os problemas educacionais, já que grande parte da literatura sobre o assunto faz recair sobre o professor e o aluno as causas das dificuldades educacionais. Mas será que existe um culpado para a não-aprendizagem?

Pensando e ponderando sobre isso concebemos a construção de uma outra escola, na qual se possa pensar numa mudança social mais ampla. Em relação a isso, Barbosa (2002, p.7), defende que “criar essa ‘nova escola’ que já está criada no plano do pensamento e das ideias não é tarefa fácil, já que precisa surgir da continuidade da escola que existe concretamente e da ruptura de alguns princípios já arraigados”.

Enfim, não temos um fator responsável pelo fracasso escolar e a evasão, mas inúmeros fatores que somados levam o estudante ao abandono. Para de Charlot (2000, p. 18),

[...] a problemática da evasão escolar deve ser vista sob vários ângulos, tais como: “sobre o aprendizado, sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das chances, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a crise, sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania”.

Com isso, entendemos que para o problema da evasão escolar não se tem um culpado, pois estão envolvidos nesta causa inúmeros atores envolvidos direta e indiretamente. Digiácomo (2013, p.01) entende que “a evasão escolar possui diversas causas, que vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade do ensino” , fatos estes que desestimulam os alunos a continuarem na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi motivada pela preocupação com o alto número de desistentes das escolas brasileiras, especificamente das escolas públicas da Paraíba.

Conforme foi explanado nessa pesquisa, a Evasão Escolar ocorre por diversos motivos, tais como os fatores internos e os fatores externos à escola. Nesse sentido, não se pode atribuir apenas a família ou a escola a responsabilidade do fracasso escolar. Como já mencionado, são vários os fatores que, lamentavelmente, levam o aluno a abandonar a escola.

Nesse sentido, fica claro que precisamos de soluções urgentes para o desenvolvimento educacional do nosso país, pois não podemos mais aceitar que nossos jovens deixem sua vida acadêmica por falta de políticas que lhes assegurem em seus direitos, tais como educação, alimentação, moradia, dentre outros que contribuem para que estes não precisem abandonar os bancos escolares.

É clara a impossibilidade de uma solução imediata, visto que as melhores qualificações e os melhores estudos ainda não chegam às escolas humildes das nossas comunidades e das nossas periferias, é gritante ver que nossos filhos e alunos não têm o mesmo direito de uma educação de qualidade dos filhos de deputados, vereadores, senadores etc, já que estes têm acesso a cursos de línguas, uma escola inovadora, um bom computador entre outras coisas.

Devemos lutar por uma educação mais justa e igualitária onde todos merecem respeito e tem o mesmo direito de uma educação de qualidade. Hoje felizmente já podemos usufruir de alguns programas do Governo Federal onde todos têm direito e acesso a um ensino superior com qualidade através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que foi uma grande vitória na vida de todos os brasileiros, porém não podemos desistir de lutar por uma educação básica de qualidade para assim podermos competir de igual sabedoria, não ficando excluídos, onde os ricos ficam com os melhores cursos (Medicina, Direito, Engenharia) e os pobres com o resto, pois estes não tiveram direito de estudar nas melhores escolas de sua cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Carolina de; BARBOSA, Cláudio Luís de Alvarenga. Análise de fatores intraescolares no processo de evasão escolar: a prática docente e o abandono no In: **Anais II SENEPT: Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**, 2010. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT8/ANALISE_DE_FATORES.pdf>. Acesso em 13/11/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1991.

BRANDÃO, Zaia et al. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**-Lei nº 9.394/96. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília-DF: MEC/SEF, 1996.

BRITO, M. S. T.; COSTA, M. Práticas e percepções docentes e suas relações com o prestígio e clima escolar das escolas públicas do município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n.45, p. 500-510, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/08.pdf>>. Acesso em 26/11/2014.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar**. Disponível em http://w.ww.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf. Acesso em 26/11/2014.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 222-231, maio/ago. 1997.

FERRARO, Alceu Ravello. Escolarização no Brasil na Ótica da Exclusão. in Álvaro Marchesi ; Carlos Hernández Gil, et al., **Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural**, Artmed Editora, Porto Alegre, Brasil, 2004, pp.48-65.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo, Cortez, 2000.

LOLIS, Dione; LIMA, Jane Cristina Franco. **Evasão e demanda escolar nas favelas e assentamentos na região leste de Londrina**, 1997. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n2_evasao.htm. Acessado em: 20/11/2014.

PENIN, Sonia T. Souza; VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SOUZA, A.M. Análise dos possíveis determinantes de evasão/exclusão escolar dos alunos da educação de jovens e adultos. **Portal dia-a-dia educação**, 2012. 36 f. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2172-8.pdf>. Acesso em 17/11/2014.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VOLPI, Mario. A escola que os jovens merecem. **Revista Época**, n. 587, ago.2009.